



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 24/2019, em que são recorrentes **António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima**, e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 37/2019

### I. Relatório

1. **António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima**, como os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 48/2019, de 11 de setembro, através do qual o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça indeferiu o seu pedido de *habeas corpus* n.º 51/2019, vem, ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde, interpor recurso de amparo contra aquele aresto, e, ao mesmo tempo, requerer que seja adotada medida provisória, nos termos dos artigos 11.º e 14.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo), alegando, em síntese, que:

1.1. Foram detidos e na sequência do primeiro interrogatório foi-lhes decretada a prisão preventiva, ao abrigo da qual se encontram privados do seu direito à liberdade, desde o dia 14 de abril de 2016;

1.2. Foram julgados e condenados pela prática do crime de tráfico internacional de droga;

1.3. Não se conformando com a douta sentença, interpuseram recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, que confirmou a condenação através do acórdão n.º 88/2017;

1.4. Desse aresto interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça que, por via do Acórdão n.º 39/2018, rejeitou as suas alegações;

1.5. Alegam que nunca foram notificados pessoalmente do Acórdão n.º 39/2018, o que, em seu entender, constitui uma violação do artigo 142.º n.º 2 do CPP, e, por conseguinte, uma nulidade insanável, nos termos do artigo 151.º al. h) do CPP;

1.6. Consideram que se encontram em situação análoga à dos coarguidos Leny Martins e Fernando Varela, os quais, encontrando-se em situação idêntica à sua, tendo interposto recurso de amparo, este foi admitido pelo Tribunal Constitucional através do acórdão 28/2019, de 16 de agosto de 2019;

1.7. O facto de não terem sido notificados pessoalmente do Acórdão n.º 39/2018 e a admissão dos recursos de amparo interposto pelos coarguidos Leny Martins e Fernando Varela fez com que o referido acórdão não transitasse em julgado, pelo que se encontram em prisão preventiva por mais de 38 meses e, por isso, a única via legal que tinham à sua disposição face à prisão que entendem ter-se tornado ilegal, era a providência de habeas corpus, consagrada no artigo 36º da CRCV e 18º e seguintes, do CPP;

1.8. Assim, tendo em conta o acima referido, a 6 de setembro de 2019, requereram *habeas corpus* junto Supremo Tribunal de Justiça, que o indeferiu, essencialmente, com base no fundamento de que não ficou provado que os recorrentes estavam em regime de prisão preventiva e consequentemente não havia também razões que justificavam a providência requerida;

1.10. Inconformados com os fundamentos apresentados pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça para indeferir o seu pedido, recorreram para o Tribunal Constitucional para pedir o restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias, nomeadamente, o direito ao contraditório, à liberdade e à presunção da inocência, consagrados nos artigos 29º, 30º, 31º nº 4 e 35º n.ºs 1 e 6, todos da CRCV.

1.11. Requerem também que o Tribunal Constitucional adota a medida provisória que será apreciada mais adiante.

1.12. Concluem a sua petição formulando os seguintes pedidos:

a) *que seja admitido o seu recurso, por admissível, nos termos do art.º 20º n.º 1 e 2 da Constituição da República e dos artigos 3º e 8º da Lei do Amparo;*

b) *que seja aplicada a medida provisória e em consequência lhes seja restituída a liberdade (art.ºs 11º e 14 da Lei do amparo);*

*c) que seja julgado procedente e, conseqüentemente, revogado o acórdão 48/2019, datado de 11/09/19, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais conseqüências;*

*d) que sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados (Contraditório, liberdade e presunção de inocência).*

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o seu competente parecer constante de fls. 35 a 41 dos presentes autos, tendo feito dought considerações e formado as conclusões que se seguem:

*“ Na verdade, o direito que se pretende fazer valer - o direito á liberdade - é um direito fundamental que se integra nos direitos, liberdades e garantias; a legitimidade do recorrente não oferece dúvidas; a decisão do habeas corpus não se mostra passível de nenhum recurso ordinário; e a petição observa minimamente os mandamentos dos arts.º 7.º e 8.º da Lei do Amparo, Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro.*

*Assim, mostram-se, quanto a nós, reunidos todos os pressupostos de admissibilidade do presente recurso de amparo.*

*[...]*

*Importa, todavia, pronunciarmos sobre o pedido de medida provisória de lebertação imediata, requerida pelo recorrentes, algadamente por ter sido ultrapassado o prazo de trinta e seis meses de prisão prenetiva , situação em que os recorrentes consideram que se encontram.*

*[...]*

*A tese fundamental dos recorrentes é de que ainda se encontram em prisão preventiva, porque a decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Justiça – acórdão n.º39/2018 -, que confirmou a decisão do Tribunal da Relação - acórdão n.º88/2017 -, que teria negado recurso e confirmado a decisão do tribunal de primeira instância da comarca da Praia, na qual os recorrentes foram condenados na pena de 8 ano e 3 meses de prisão, por crime de tráfico internacional de estupefacientes, ainda não transitou em julgado, em virtude do*

*recurso de amparo para o Tribunal Constitucional, o qual, tal como recurso de fiscalização concreta de constitucionalidade, tem efeito suspensivo.*

*[...]*

*Chegados aqui, há que verificar se, tal como afirmam os recorrentes, se se encontram em regime de prisão preventiva. Porque se assim é, estando largamente ultrapassado o prazo fixado no n.º 4 do art. 36.º da Constituição da República - CRCV — já que os recorrentes estão presos desde 14 de abril de 2016, seria tão patente e grosseiro a violação do direito fundamental à liberdade, que não seria admissível outra decisão que não a de conceder o amparo requerido e adotar a providencia provisória requerida.*

*Dos autos é possível extrair que aos recorrentes foi aplicado a medida de coação de prisão preventiva, com efeitos desde 14.04.2016 e, que pelo acórdão do Supremo Tribunal de Justiça - STJ - n.º 39/2018, de outubro, foi negado provimento ao recurso e confirmado a condenação dos recorrentes na pena de 8 ano e 3 meses de prisão, pelos crimes de tráfico internacional de estupefacientes.*

*Seguindo um caminho, que ao que tudo indica, começa a fazer escola, os recorrentes, tendo deixado esgotar para impetrar o recurso de amparo do acórdão n.º 39/2018, apresentar junto do Supremo Tribunal de Justiça um pedido de habeas corpus, que era mais do que previsível, que por manifesta falta de fundamento seria indeferido, para obterem uma decisão dessa suprema instância, e assim impetrarem o presente recurso de amparo.*

*Todavia, temos para nós como seguro que não tendo havido reclamação do acórdão n.º 39/2018, esta inexoravelmente transitou em julgado, formando assim caso julgado relativamente aos recorrentes, pelo que os recorrentes se encontram em cumprimento de pena e não em regime de prisão preventiva.*

*O trânsito em julgado é um instituto secular que tem os seus confins bem definidos.*

*Diz-se transitada em julgado a decisão «(...) logo que não seja suscetível de recurso ordinário ou de reclamação (...)», conforme art.º 586.º do código de processo civil.*

*Cremos que não pode haver dúvida de que, não tendo havido reclamação do acórdão n.º 39/2018, que fora notificado aos recorrentes no dia 12 de outubro de 2018, baixado ao tribunal de primeira instância da Praia no dia 1 de março de 2019, formou-se logo o caso julgado relativamente aos recorrentes.*

*Razão pela qual, há muito que se encontram em cumprimento de pena e não em prisão preventiva. Assim, bem andou o Supremo Tribunal de Justiça, através do acórdão n.º 48/2019, em indeferir o pedido de habeas corpus que os recorrentes formularam, já que era absolutamente destituído de fundamento.*

*[...]*

*Por todo o exposto se conclui que:*

- *Não há qualquer razão impeditiva da admissibilidade do presente recurso de amparo;*
- *Inexiste fundamento para a adopção da medida provisória requerida.”*

## **II - Fundamentação**

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

*A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:*

- a) *O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;*
- b) *O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.*

1.1. A garantia constitucional do recurso de amparo constitui uma das inovações que a Constituição cabo-verdiana de 1992 trouxe para a ordem jurídica nacional. Trata-se, por conseguinte, de um dos meios privilegiados de acesso dos particulares ao Tribunal Constitucional para a defesa dos direitos, liberdades, e garantias constitucionalmente reconhecidos como objeto de amparo.

Acompanha-se a análise de Manuel Carrasco Durán, citado por Catarina Santos Botelho na obra intitulada a Tutela Direta dos Direitos Fundamentais, Avanços e Recuos na Dinâmica Garantística das Justiças Constitucional, Administrativa e Internacional, Almedina, 2010, p. 217, quando diz que o recurso de amparo apresenta-se como um instrumento jurisdicional vocacionado para a proteção de determinados direitos fundamentais, cujo conhecimento se atribui ao Tribunal Constitucional, e que se caracteriza pelos princípios da subsidiariedade e excecionalidade.

O caráter subsidiário do recurso de amparo resulta da Constituição e da configuração da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, ao estabelecerem o esgotamento prévio das vias de recurso ordinário como um dos pressupostos do recurso de amparo.

O recurso de amparo está destinado unicamente à proteção de direitos fundamentais, pelo que está vedado ao Tribunal Constitucional conhecer de questões de legalidade ordinária conexas, como se depreende do teor literal do n.º 3 do art.º 2.º da Lei do Amparo.

Pois, no recurso de amparo não pode ser feito valer outra pretensão que não seja a de restabelecer ou de preservar os direitos, liberdades e garantias constitucionais referidos nos artigos anteriores.

A natureza excecional do recurso de amparo implica que a violação do direito ou liberdade fundamental não tenha encontrado reparação através do sistema de garantias normais, exigindo-se, por isso, que haja recurso prévio aos tribunais ordinários e o esgotamento dos recursos adequados.

Por conseguinte, associada à excecionalidade está a denominada subsidiariedade do recurso de amparo, que espelha com clareza o facto de este não ser uma via alternativa, mas uma via sucessiva, de proteção de direitos fundamentais.

Antes de identificar e analisar os pressupostos e os requisitos do recurso de amparo e aferir se no caso vertente se verificam, importa consignar que o seu objeto não se identifica com qualquer ato de natureza legislativa ou normativa, como resulta expressamente do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro.

1.2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro:

O recurso não será admitido quando:

*a) Tenha sido interposto fora do prazo;*

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.

Todavia, em se tratando de recurso precedido de invocação e pedido de reparação da violação de direitos, liberdades e garantias nos termos do n.º 1 e alínea c) do artigo 3.º, o prazo de vinte dias conta-se a partir da notificação do despacho que recuse reparar a violação praticada, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei do Amparo.

Nestes termos, considera-se que o indeferimento do requerimento de *habeas corpus* constitui recusa à reparação do direito à liberdade imputada pelo recorrente ao Tribunal recorrido.

No caso ora em análise o acórdão recorrido foi proferido a 11 de setembro de 2019 e o presente recurso de amparo deu entrada na Secretaria do Tribunal Constitucional a 23 de setembro de 2019. Pelo que se conclui que independentemente da data em que o recorrente tenha sido notificado da decisão acima referida, visto o disposto no número 2 do artigo 3.º e no número 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo, a petição de recurso foi tempestivamente apresentada.

*b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º;*

i. Nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º da Lei do Amparo:

*“1. O recurso é interposto por meio de simples requerimento, devidamente fundamentado, apresentado na secretaria do Supremo Tribunal de Justiça.*

*2. No requerimento o recorrente deverá indicar expressamente que o recurso tem a natureza de amparo constitucional.”*

Resulta cristalino da petição de recurso que os recorrentes apresentaram a petição de recurso na secretaria do Tribunal Constitucional e indicaram, de forma expressa, que se trata de “*Recurso de Amparo*”.

Consideram-se, pois, preenchidos os requisitos previstos no artigo 7.º supracitado.

Conforme o artigo 8.º da lei do amparo:

1. Na petição o recorrente deverá:

*a) identificar a entidade ou agente autor da omissão que terá lesado o seu direito fundamental;*

*b) Identificar com precisão a omissão que, na sua opinião, violou o seu direito fundamental;*

*c) Identificar com clareza o direito que julga ter sido violado, com expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;*

*d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;*

*e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição;*

*2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.*

Conforme os recorrentes, o acórdão recorrido violou o seu o direito ao contraditório, à liberdade e à presunção da inocência, consagrados nos artigos 29º, 30º, 31º, nº 4, 35º nºs 1 e 6, todos da CRCV.



Retomando o exame do pressuposto previsto no artigo 8.º da Lei do Amparo, é de se referir que a fundamentação se apresenta relativamente extensa, apesar da exigência legal no sentido de se resumir as razões de facto e de direito que sustentam o pedido. Porém, nada que não se compreenda no contexto em que se descreveu o percurso e as vicissitudes processuais desde o início até ao presente, mas também numa tentativa de demonstração do desacerto da posição vertida no acórdão impugnado e das razões que depõem em favor das pretensões do recorrente.

No que diz respeito à exigência de formulação de conclusões, nas quais se deve resumir, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, também se compreende a extensão das conclusões, não só pela justificação constante do parágrafo antecedente, mas também porque se trata de fundamentação de um recurso de amparo contendo um incidente em que se pede a decretação de uma medida provisória.

Importa lembrar que nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei do Amparo: *“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais.”*

Os recorrentes pedem que lhes sejam concedidos os amparos que se traduzem na sua soltura imediata, a título de medida provisória, e, na revogação do Acórdão ora impugnado.

Nestes termos, considera-se que a fundamentação da petição de recurso cumpre, satisfatoriamente, os requisitos previstos no artigo 8.º da Lei do Amparo.

*c) Legitimidade: O recurso não será admitido quando o requerente não tiver legitimidade para recorrer*

Adotando o conceito de legitimidade ativa recortado pelo n.º 1 do artigo 25.º do Código de Processo Civil, tem legitimidade quem tiver interesse direto em demandar.

Acontece, porém, que os recorrentes são ambos titulares de nacionalidade estrangeira, o que nos leva a questionar se, ainda assim, não se suscita questão de legitimidade.

Este assunto foi especificamente tratado no Acórdão n.º 27/2018, de 20 de dezembro de 2018, publicado na I Série do BO n.º 11, de 31 de janeiro de 2019, no âmbito qual se firmou o seguinte entendimento:

*“Esta questão já tinha sido largamente ultrapassada pelo Acórdão n.º 22/2017, de 9 de novembro, que tinha admitido o seu primeiro recurso de amparo, tanto na perspetiva de alguns dos direitos em causa serem direitos, liberdades e garantias suscetíveis de amparo, como na dimensão de se identificar o recorrente como titular desses mesmos direitos, não se constituindo a sua nacionalidade num problema.*

*1.1.1. Com efeito, o facto de ser estrangeiro não constitui no geral problema, pois largamente superado nesta fase. Eventuais dúvidas que existissem já tinham sido superadas pela jurisprudência do próprio Tribunal que tem admitido vários recursos de amparo interpostos por pessoas de nacionalidade estrangeira. Partindo do pressuposto de que o direito de amparo, em situações específicas, depende da titularidade de um direito, e, na medida em que o princípio da universalidade emite uma orientação de extensão na máxima intensidade compatível com a natureza da cidadania e da pertença a estrangeiros e apátridas que estejam debaixo da jurisdição do Estado de Cabo Verde, intuitivamente emergiria sempre o entendimento de que tal direito havia de ser reconhecido a recorrentes de nacionalidade estrangeira.*

*1.1.2. No caso concreto, o Tribunal já havia considerado de forma incremental que os direitos ligados à proteção judiciária, normalmente denominados de direitos de acesso à justiça, são de titularidade de qualquer pessoa, inclusive de estrangeiros e apátridas, e especificamente no Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, tirado no caso Uchechukwe Vitus Ezeonwu & Chizioke Duru v. STJ, que, na esfera penal, a garantia de prisão preventiva na sua dimensão de in dubio pro reo, e, consequentemente, a liberdade em que se justifica, a liberdade sobre o corpo, de estrangeiros, são amparáveis.”*

*d) Esgotamento das vias de recurso ordinário*

Conforme jurisprudência firme desta Corte, a exigência do esgotamento de todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário

estabelecidas pela respetiva lei do processo decorre da natureza excecional e subsidiária desse meio especial de proteção de direitos fundamentais amparáveis.

Por isso, o recorrente tem o ónus de demonstrar que a violação dos seus direitos fundamentais amparáveis não encontrou reparação no sistema de garantias ordinárias, como, aliás, resulta claramente do disposto no artigo 6.º da Lei do Amparo:

*“O recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais de defesa dos direitos, liberdades e garantias e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei do processo.”*

Na verdade, esta Corte Constitucional, através do Acórdão n.º 11/2017, de 22 de junho, publicado na I Série-n.º 42, do *Boletim Oficial*, de 21 de julho de 2017, considerou que o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, deve ser apreciado e integrado no juízo de admissibilidade a ser feito em relação a cada recurso de amparo, designadamente para se preservar a subsidiariedade desse tipo de queixa constitucional, mas a abordagem a ser adotada deve ser temperada no sentido de garantir o acesso à justiça constitucional aos titulares de direitos, liberdades e garantias e, em simultâneo, salvaguardar o papel da jurisdição ordinária na preservação das posições jurídicas individuais fundamentais protegidas pela Constituição.

A partir desse Acórdão, o Tribunal Constitucional tem vindo a escrutinar especificadamente o disposto na alínea c) do artigo 3.º da Lei do Amparo, enquanto pressuposto de admissibilidade associado ao esgotamento das vias de recurso ordinário, sendo disso exemplo o Acórdão n.º 13/2017, de 20 de julho, publicado na I Série, n.º 47, do *Boletim Oficial* de 8 de agosto de 2017, no âmbito do qual se firmou o entendimento de que sempre que possível é de se exigir que o recorrente demonstre ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que tenha requerido a sua reparação e que a violação não tenha sido reparada.

Compulsados os autos, verifica-se que os recorrentes invocaram expressamente e requereram à Secção Criminal do Supremo Tribunal de Justiça a reparação da alegada violação do direito à liberdade sobre o corpo, ao contraditório, à defesa, à presunção de inocência e ao recurso, tendo sido recusada a reparação da alegada violação através do Acórdão recorrido e do qual não se podia interpor qualquer outro recurso ordinário.

Fica assim demonstrado que, no caso em análise, o impetrante esgotou todos os meios legais razoavelmente exigíveis de defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo antes de vir pedir amparo ao Tribunal Constitucional. Pelo que se considera observado o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e, consequentemente, respeitado o pressuposto da alínea d) do artigo 16.º da Lei do Amparo.

*e) Manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo.*

A causa da inadmissibilidade do recurso prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, ao utilizar o advérbio manifestamente, exige que se tenha certeza quanto à inexistência da fundamentalidade do direito alegadamente violado, ou ausência de conexão entre esse direito e os factos concretos alegados no recurso ou ainda a certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo.

Os direitos que os recorrentes alegam terem sido violados encontram-se previstos nos artigos 29.º, 30.º, 31.º e 35.º da Constituição.

A fundamentabilidade desses direitos, liberdades e garantias é, por conseguinte, evidente. Desde logo pela sua inserção sistemática na Lei Magna na Parte II, Título II sobre “Direitos, Liberdade, Garantias” e Capítulo I sobre Direitos, Liberdades e Garantias Individuais, aos quais se aplicam os princípios enunciados no Título I.

Respeitante à conexão entre os factos concretos alegados na petição de recurso e os direitos fundamentais invocados, ainda não se pode afirmar, com grau de certeza que se exige para a formação da convicção do Tribunal, que manifestamente não exista tal conexão.

No que concerne à certeza quanto à inviabilidade de concessão do amparo requerido, ainda é relativamente cedo para se fazer um juízo de certeza quanto à manifesta inexistência desse requisito.

Devido à incerteza no que diz respeito à conexão entre os factos e os direitos alegadamente violados e à viabilidade do pedido, mostra-se prematuro afirmar-se que manifestamente não está em causa a violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo.

Por conseguinte, a decisão definitiva sobre este requisito será tomada na fase de apreciação do mérito do recurso, como, de resto, tem sido jurisprudência firme, coerente e unânime desta Corte, espelhada nos seguintes acórdãos que admitiram as correspondentes petições, muitas delas com menos probabilidade em termos de viabilidade, tendo todas elas sido votadas, sem qualquer reserva, por todos os Venerandos Juízes Conselheiros: o Acórdão n.º 9/2019, de 28 de fevereiro, publicado na I Série do Boletim oficial, n.º 29, de 14 de março de 2019; o Acórdão n.º 15/2019, de 21 de março e o Acórdão n.º 16/2019, de 26 de março, publicados I Série do Boletim Oficial n.º 46, de 24 de abril de 2019 e o Acórdão n.º 24/2019, de 04 de julho, publicado I Série do Boletim Oficial n.º 100, de 26 de setembro de 2019.

*f) O Tribunal tiver rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual*

O Tribunal Constitucional não rejeitou, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente idêntico ao dos presentes autos.

Pelo exposto, conclui-se que não se verifica nenhum motivo que pudesse justificar a inadmissibilidade deste recurso.

### **III. Medidas Provisórias**

1. Os recorrentes requerem como medida provisória que seja ordenada a sua soltura imediata, pois, estando presos, desde o dia 14 de abril de 2016, manifestamente já se encontra ultrapassado o limite máximo de prisão preventiva fixado constitucional e legalmente em trinta e seis meses.

Para sustentar esse pedido, alegam que nunca foram notificados pessoalmente do Acórdão n.º 39/2018, o que, em seu entender, constitui uma violação do artigo 142º n.º 2 do CPP, e, por conseguinte, uma nulidade insanável, nos termos do artigo 151º al. h) do CPP;

Por outro lado, consideram que se encontram em situação análoga à dos seus coarguidos Leny Martins e Fernando Varela, os quais, encontrando-se em situação idêntica à sua, tendo interposto recurso de amparo, este foi admitido pelo Tribunal Constitucional através do acórdão 28/2019, de 16 de agosto de 2019 e que o facto de não terem sido notificados pessoalmente do Acórdão n.º 39/2018 e a admissão dos recursos de amparo interposto pelos

coarguidos Leny Martins e Fernando Varela fez com que o referido acórdão não transitasse em julgado, pelo que se encontram em prisão preventiva por mais de 38 meses e, por isso, a única via legal que tinham à sua disposição face à prisão que entendem ter-se tornado ilegal, era a providência de habeas corpus, consagrada no artigo 36º da CRCV e 18º e seguintes, do CPP;

2. Conforme jurisprudência firme desta Corte, designadamente, o Acórdão n.º 1/2019, de 10 de janeiro, publicado no Boletim oficial n.º, I Série, n.º 11, de 31 de janeiro e o Acórdão n.º 6/2019, de 8 de fevereiro, são os seguintes os pressupostos para que se possa adotar medidas provisórias no âmbito do Recurso de Amparo:

*2.1. Competência: considerando o disposto nas disposições conjugadas do artigo 134.º da Lei de Organização do Tribunal e do n.º 1 dos artigos 11º e 14º da Lei do Amparo, ao estipularem que os pedidos de decretação de medidas provisórias são decididos pelo Tribunal Constitucional, não se suscita qualquer dúvida quanto à competência desta Corte para conhecer e decidir sobre esse incidente.*

*2.2. Legitimidade: não há dúvida de que ninguém mais do que um recorrente em amparo por alegada violação de direito, liberdade e garantia tem interesse em agir, tendo a lei estendido a legitimidade para esse efeito ao Ministério Público, além de o próprio Tribunal o poder decretar oficiosamente.*

*2.3. Tempestividade: esse pressuposto está relacionado com o momento desde quando e até quando se pode solicitar a adoção urgente de uma medida provisória no âmbito de um recurso de amparo. A solução afigura-se-nos simples, porquanto, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, da Lei do Amparo, o pedido pode ser formulado na mesma peça da interposição do recurso e até ao despacho que designa o dia para o julgamento, conforme o n.º 2 do artigo 15.º do referido diploma legal. No caso vertente, tendo o pedido para a adoção urgente de medida provisória sido apresentado ao mesmo tempo e na mesma peça em que se requereu o amparo, é cristalino que não se suscita qualquer questão atinente à tempestividade.*

3. O *periculum in mora* previsto na alínea a) do n.º 1 dos artigos 11.º e 14.º, ao qual se tem acrescentado a versão limitada do *fumus boni juris* constitui mais um pressuposto a se ter em conta na apreciação do incidente em apreço.

3.1. Esse pressuposto que decorre da alínea a) do artigo 11º, segundo, a qual reconhece uma das bases clássicas de decretação de medidas provisórias, o chamado *periculum in mora*, que se verifica quando fundamentadamente a demora da decisão final possa provocar prejuízo irreparável ou de difícil reparação ou a própria inutilidade do amparo requerido. Note-se que para o legislador, o instituto, em sede de amparo pelo menos, não se associa exclusivamente à preservação da utilidade e eficácia da decisão judicial (“*a própria inutilidade do amparo requerido*”), mas igualmente ao efeito de irreparabilidade ou de difícil irreparabilidade que se gera sobre o direito afetado (“*prejuízo irreparável ou de difícil reparação para o recorrente*”), o que resulta claro da utilização da palavra “ou” para conectar um e o outro.

Em relação aos efeitos de uma prisão preventiva provavelmente mantida além dos limites temporais permitidos pela Constituição e Lei Processual Penal em relação à liberdade sobre o corpo e as garantias constitucionais que lhe estão associadas, o Acórdão n.º 1/2019, de 10 de janeiro, publicado na I Série, do Boletim Oficial n.º 11, de 31 de janeiro, considerou que “*um ato do tipo praticado no caso concreto-primariamente de manutenção da recorrente em prisão preventiva fora dos limites legais - na medida em que atenta contra uma liberdade essencial, a liberdade sobre o corpo, sempre causa prejuízos consideráveis à pessoa, que, segundo uma visão mais pro libertate, seriam sempre irreparáveis ou no mínimo de difícil reparação, pois não se vê a possibilidade de se poder restituir as horas, os dias, os meses ou os anos em que a pessoa teve a sua liberdade sobre o corpo afetada, como efetivamente acontece num contexto material de limitação biológica da vida e não-retroatividade do tempo.*

*Por conseguinte, o facto é que o Tribunal entende que esse, para efeitos deste pressuposto, não é decisivo, pois independentemente de tudo, ele é preenchido se se considerar que a prisão preventiva sempre causa em qualquer pessoa prejuízos irreparáveis ou no mínimo de difícil reparação, especialmente quando existirem outras circunstâncias exteriores que agravam ainda mais o prejuízo.*

3.2. O outro pressuposto previsto na alínea b) do artigo 11º - *razões ponderosas justificarem a necessidade da imediata adoção de medidas provisórias julgadas necessárias para a conservação dos direitos, liberdades ou garantias violados ou para o restabelecimento do seu exercício até ao julgamento do recurso* - concede ao Tribunal uma

grande discricionariedade decisória e isso permite reduzir amplitude da aparente automaticidade que decorreria da verificação do pressuposto previsto na alínea a).

Todavia, essa discricionariedade é ela também condicionada por uma série de fatores que devem ser criteriosamente analisados e aplicados em cada caso.

A par dos critérios já estabelecidos no Acórdão n.º 4/2018, de 13 de março ( Atlantic v. PGR), publicado na I Série do *Boletim Oficial* n.º 21, de 11 de abril de 2018, importa recuperar outros que foram aplicados no caso Aldina Ferreira Soares v. STJ, nomeadamente, *a identificação e valoração do direito em espécie afetado, a determinação da forte probabilidade de ele ter sido violado no caso concreto, nomeadamente em razão da existência de precedentes do Tribunal que sejam aplicáveis à situação e que permitam antecipar (embora não assegurar) de alguma forma o desfecho do pedido de amparo; expetativa temporal em relação à decisão de mérito; os efeitos negativos sobre interesses públicos que no caso sejam prevalentes e de direitos de terceiros; as circunstâncias pessoais do requerente, nomeadamente familiares e profissionais e o impacto imediato da conduta lesiva sobre o direito.*”

3.3. Assim, na situação em apreço, existem certas circunstâncias que não devem ser ignoradas, desde logo a própria natureza do direito em causa, a liberdade sobre o corpo, que é direito que nos termos da Lei Fundamental merece posição sistemática e proteção especiais, por ser um dos direitos mais inerentes à pessoa humana.

Representando essa ideia a sua associação à palavra inviolabilidade que aparece no número 1 do artigo 29.º da Lei Básica, referência simbólica da importância que lhe atribuiu o legislador constituinte no quadro do nosso Estado de Direito Democrático, ainda que disso não retire um efeito de ilimitabilidade; nas presentes circunstâncias significa que já se está perante uma razão que pende favoravelmente para favorecer a adoção da medida provisória requerida.

*“Acrece que o Tribunal já havia decidido decretar medida provisória, num caso (Atlantic v. PGR) em que se absteve de fazer uma análise mais aprofundada para a verificação da probabilidade de existência do direito, contentando-se com a sua viabilidade e, em que estava em presença um direito, liberdade e garantia (direito à propriedade privada e*



*algumas liberdades associadas), importante, mas muito menos essencial do que a liberdade sobre o corpo.”*

3.4. Além disso, a forte probabilidade de existência do direito é uma outra circunstância que deve ser considerada.

É certo que Tribunal Constitucional não considera que a aplicação da medida provisória tenha como pressuposto a possibilidade séria da existência da violação do direito, mas não deixa de ser uma razão ponderosa a beneficiar o pedido de decretação da medida.

No momento em se aprecia o pedido de adoção de medida provisória não pode o Tribunal Constitucional ir além de uma *summaria cognitio*. Nesta fase, e pelo caráter urgente das medidas provisórias, o que a Corte Constitucional faz é verificar, se além dos pressupostos gerais, se verifica uma forte probabilidade da alegada violação de um direito fundamental ter ocorrido.

Para o efeito, importa apreciar, ainda que perfunctoriamente, a argumentação expendida pelos requerentes.

Apesar da tentativa de equiparação da sua situação processual à dos coarguidos Leny Martins e Fernando Varela, a atitude que assumiram perante o Acórdão n.º 39/2018 é manifesta diferente da adotada por aqueles coarguidos.

Senão vejamos:

Segundo consta do Acórdão n.º 24/2019, e 4 de julho de 2019, que admitiu o recurso de amparo n.º 14/2019, os coarguidos Leny Martins e Fernando Varela “ *tendo sido condenados pelo Coletivo do 1.º Juízo Crime do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, na pena de 7 e 10 anos e 4 meses de prisão, respetivamente, pela prática em coautoria de um crime de tráfico internacional de droga, agravado, p.p. pelos artigos 3.º, n.º 1 e 8.º, alínea c), da Lei n.º 78/IV/1993, de 12 de julho, recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento que negou provimento ao recurso e dessa decisão interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça. Enquanto aguardavam pela notificação da decisão do Supremo Tribunal de Justiça, foram notificados pessoalmente para procederem ao pagamento das custas do processo relativas ao recurso n.º 03/18. Na sequência da notificação a que se refere o parágrafo antecedente, os recorrentes dirigiram a Sua*

*Excelência a Senhora Presidente do Supremo Tribunal de Justiça um requerimento com o seguinte teor: “ se já houve decisão final ou não, uma vez que até a presente data os mesmos não foram notificados de nenhum despacho proferido nos presentes autos, razão pela qual requerem também, nos termos dos artigos 141º n.º 5 e 142º, todos do CPP, havendo acórdão a notificação dos mesmos, uma vez que os arguidos são partes interessados no processo (...)”.*

*1.4. E, no dia 08 de abril de 2019, a Senhora Juíza Conselheira-Relatora proferiu o seguinte despacho: “os arguidos foram notificados do acórdão 39/2018, no dia 12 de Outubro de 2018, conforme mandado 633/18.”*

*1.5. Mas Leny Manuel Tavares Martins e Fernando Varela entendem que não foram pessoalmente notificados, porque, conforme a certidão de fl. 1815 do recurso n.º 03/18, a notificação a que refere o despacho mencionado no parágrafo antecedente foi feita na pessoa dos seus respetivos advogados, José Henrique Andrade e Ailton Semedo;*

*1.6. Para os impugnantes, “A falta de notificação do acórdão proferido pelo tribunal requerido, constitui uma violação do direito do contraditório, constitucionalmente salvaguardado aos recorrentes, uma vez que só com a notificação os recorrentes terão conhecimento da decisão tomada no processo.... Não pode o tribunal recorrido considerar notificado os recorrentes, por simples facto de terem notificado os seus mandatários, porquanto contraria o disposto nos artigos 141.º, n.º 5, e 142.º, n.º 2, do CPP, que estabelecem que o recorrente deve ser notificado pessoalmente, o que viola ainda, segundo os recorrentes, os princípios do contraditório e da presunção previstos no artigo 5.º do CPP e artigo 35.º, n.ºs 1, 6 e 7 da CRCV.”*

*1.7. Mais alegam que, apesar de não terem sido pessoalmente notificados do Acórdão n.º 39/2018, tiveram conhecimento do sentido da decisão que dele consta a partir do dia 12 de abril de 2019, ou seja, na data em que o novo mandatário acedeu aos autos e dos quais foram extraídas cópias.*

*[...]*

*No caso em apreço, à pergunta sobre se já tinha sido proferida decisão no âmbito do recurso n.º 3/18 e ao pedido de notificação da mesma, caso a resposta fosse afirmativa, respondeu-se que “os arguidos foram notificados do acórdão 39/2018, no dia 12 de*

*Outubro de 2018, conforme mandado 633/18.” (Cf. transcrição do despacho constante de fls. 82 dos presentes autos).*

*Acontece, porém, que aquela notificação tinha sido feita, não pessoalmente aos recorrentes, mas diretamente na pessoa dos respetivos mandatários.*

*Por conseguinte, quando, no dia 12 de abril de 2019, tomaram conhecimento do despacho em que se reiterou que já tinham sido notificados, embora não tendo sido pessoalmente notificados, consideraram que não foi reparada a alegada omissão de notificação pessoal, o que, para os recorrentes, configura violação do princípio do contraditório. Foi também nessa data que, segundo consta, informal e indiretamente, tomaram conhecimento do Acórdão n.º 39/2018, objeto do presente recurso.”*

Passado algum tempo depois da notificação daquele acórdão, Leny Martins e Fernando Varela interpuseram mais um recurso de amparo registado sob n.º 18/2019, o qual foi admitido pelo Acórdão n.º 28/2019, de 16 de agosto.

Da fundamentação desse acórdão extrai-se que : “ *Na verdade, a conduta que se traduziu na alegada omissão de notificação pessoal dos recorrentes e que tem uma forte probabilidade de vir a ser considerada como violadora do direito ao contraditório expressamente invocado pelos recorrentes e eventualmente de outros direitos fundamentais, nomeadamente, o direito ao recurso de amparo, não pode ser dissociada da alegada violação do direito a não ser mantido em prisão preventiva além dos trinta e seis meses, na medida em que a parte do acórdão n.º 39/2018 que havia sido impugnada está lógica, natural e funcionalmente ligada ao direito com base no qual se requereu a presente providência e, por conseguinte, decidiu deferir o pedido de decretação de medidas provisórias e determinou que o órgão recorrido promovesse a soltura imediata dos recorrentes como medida de conservação dos seus direitos à liberdade sobre o corpo e do direito a não serem mantidos em prisão preventiva fora dos prazos legalmente estabelecidos, deferindo ao órgão competente a adoção de outras medidas de coação não*

*privativas de liberdade que julgue adequadas pelo período necessário a que o amparo seja apreciado no mérito.”*

Donde se conclui que a partir do momento em que tiveram conhecimento ou, pelo menos, presumiram que o Supremo Tribunal de Justiça já tinha decidido desfavoravelmente o seu recurso, reagiram no sentido e com o intuito de evitar que a decisão transitasse em julgado.

Qual foi a atitude dos ora recorrentes face a alegada omissão de notificação do Acórdão n.º 39/2018?

Compulsados os autos, verifica-se que a fls. 1845 a 1850 do volume VI do recurso crime comum n.º 03/2018, constam documentos segundo os quais os ora recorrentes foram notificados para, querendo, examinarem, a conta efetuada nos Autos do Recurso Crime n.º 03/2018, em que o recorrido é o Tribunal da Relação de Sotavento e, no prazo legal, impugnarem a quantia de 11.950\$00.

Não se compreende que tendo sido notificados para examinarem as custas processuais relativas ao recurso que interpuseram, não se tenham diligenciado no sentido de tomarem conhecimento do Acórdão. Pois, não se elabora conta sem que a decisão a que se reporta tenha sido proferida.

Significa que, pelo menos, indiretamente, através da notificação da conta, querendo, podiam pedir que fossem notificados e caso se mantivesse a alegada omissão de notificação podiam, inclusive, interpor diretamente um recurso de amparo, como fizeram os seus coarguidos Leny Martins e Fernando Varela.

Ao caso em apreço aplica-se a recente jurisprudência adota pelo Acórdão n.º 33/2019, de 10 de outubro, segundo a qual : “ *para que a notificação enquanto garantia do direito ao recurso previsto nos termos do n.º 7 do artigo 35.º da Lei fundamental seja conforme com as diretrizes que emanem dessa norma é necessário que o arguido tenha ciência dos atos a que se refere o n.º 2 do artigo 142.º do CPP, que se traduzem em decisões gravosas para a vida do mesmo e assim, conhecendo o seu conteúdo, seja através de algum tipo de notificação pessoal ou por quaisquer outros meios idóneos para tomar conhecimento dessas decisões, até por meio da sua mandatária constituída.*”

No caso em apreço, tendo tomado conhecimento da conta elaborada na sequência do acórdão que negou provimento ao recurso, querendo, podiam, perfeitamente, exigir que fossem notificados pessoalmente, e caso não tivessem sido, podiam lançar mão do recurso de amparo, diretamente, sem que fosse necessário deixar passar tanto tempo para depois do pedido e indeferimento da Providência de Habeas Corpus virem apresentar o presente recurso de amparo, com pedido de decretação de medida provisória.

Logo após terem tomado conhecimento da prolação do acórdão através da notificação da conta, deviam ter reclamado da omissão de notificação pessoal e caso o não tivessem sido notificados, poderiam interpor recurso com fundamento na omissão de notificação pessoal. Ao deixarem passar todo esse tempo sem impugnar o Acórdão n.º 39/2019, muito provavelmente esse aresto terá transitado em julgado e provavelmente, quando requereram a Providência de Habeas Corpus e o subsequente recurso de amparo, já não estavam em regime de prisão preventiva.

À situação em análise aplica-se, ainda, o entendimento firmado no **Acórdão n.º 27/2019, de 09 de agosto de 2019 (Ayo Obire versus STJ)**:

*“A Situação que não é igual à que se tem em mãos, pois, sendo certo que houve recurso ordinário interposto por um coarguido que foi julgado improcedente, a decisão que poderia beneficiar o recorrente nos autos foi adotada no quadro de um pedido de amparo, um recurso personalíssimo, pois acoplado a um direito subjetivo fundamental que foi utilizado pelo Senhor Judy Ike Hills, mas que o recorrente até recentemente manteve-se completamente alheio, deixando precocemente precluir a possibilidade de o usar na medida em que prescindiu até de pedir reparação pelas vias ordinárias através dos recursos disponíveis.*

*Perante tais dados, ainda que o tivesse feito um coarguido seu, por meio de recurso ordinário e de um recurso constitucional de natureza pessoalíssima como o amparo, muito dificilmente o Tribunal poderia considerar algum efeito possível sobre o seu estatuto processual e a rejeição do argumento de que se constitui em tais situações, por oposição àquelas em que de forma persistente e tempestiva, portanto sem hiatos e de acordo com os prazos processuais aplicáveis, um coarguido vai mostrando a sua insatisfação ora pela incorreta avaliação dos factos e do direito, ora por deficiente calibração da interpretação face a normas constitucionais, um caso julgado parcial. Este, independentemente,*

*solidifica uma decisão judicial e, por mais questionável que ela possa ser, a sua adequação cede perante a segurança jurídica que decorre da sua não contestação.*

*3.5.5. Sendo assim, nesta perspectiva, o Tribunal Constitucional não teria margem para considerar que a decisão condenatória de primeira instância que um recorrente nestes autos, então arguido, optou por não reagir, não tenha transitado em julgado e que não se tenha determinado de forma definitiva a sua culpa. E assim operando, ao nível processual penal, uma mudança significativa de estatuto de arguido e de preso preventivo, ao qual se aplica o limite temporal previsto pelo número 4 do artigo 31, para condenado em situação de cumprimento de pena.*

*3.6. Portanto, reconhecendo tal dispositivo uma garantia fundamental construída enquanto regra constitucional, a sua aplicação primária determinaria, no fundo, uma operação de subsunção destinada a verificar se a hipótese em análise – a situação do Senhor Ayo Abel Obire – estaria abrangida pela norma, o que aconteceria se ele, primeiro, fosse um preso preventivo e, segundo, se estivesse cerceado da sua liberdade ambulatoria há mais de trinta e seis meses. Efetivamente, a sua capacidade de movimentar o seu corpo está limitada, neste momento há mais de trinta e seis meses. Ocorre, porém, que não o está por ser preso preventivo. Outrossim, em razão de sentença condenatória que por não ter recorrido transitou em julgado e que, depois disso, deixou de ser atacável diretamente por meio de recurso ordinário ou por recurso especial, nomeadamente constitucional, mas só e eventualmente por outras vias.”*

Pelo exposto, não se pode considerar que há forte probabilidade de o Acórdão n.º 48/2019, de 11 de setembro ter violado o direito ao contraditório, à liberdade sobre o corpo e à presunção de inocência por alegada interpretação e aplicação da regra prevista no n.º 2 do artigo 142.º do Código de Processo Penal.

*3.5. O recorrente considera o recurso de amparo constitucional como processo moroso, complexo e especial, em razão do mérito, ao nosso ver existe sérios riscos de processo não ser concluso nos próximos meses, e caso isso venha acontecer, a prisão do recorrente ainda que preventiva, viola o direito de liberdade e sentimento de justiça.*

Apesar da notória intenção do legislador constituinte e ordinário em imprimir uma especial celeridade à tramitação do recurso de amparo, que se traduz no dever de o recurso de

amparo ser requerido em simples petição, o seu processamento ser baseado no princípio da sumariedade, a realidade tem demonstrado que nem sempre tem sido possível decidir as questões de fundo num prazo tão célere.

Portanto, o risco de, em certos casos, a demora na obtenção de uma decisão final poder comportar prejuízo irreparável ou de difícil reparação ou a própria inutilidade do amparo é real, como de resto, o próprio Tribunal tem vindo a reconhecer. Pelo que se compreende que o receio de que a demora na conclusão do processo pode acarretar o prejuízo que terá que suportar, mas isso tem de ser relativizado em função da não verificação de forte probabilidade da ocorrência da violação do direito invocado.

3.6. *No caso em apreço existe interesse público na manutenção da situação em que se encontram os recorrentes até que se decida quanto ao mérito do seu recurso de amparo.*

3.7. No que tange a outras circunstâncias exteriores que possam agravar o prejuízo decorrente da privação da liberdade sobre o corpo, constata-se que os recorrentes alegaram que antes da prisão “ *tinham trabalho fixo, com família constituída no Brasil, e tinham uma vida razoável, hoje, estão desamparados e privados de liberdade, ou seja, a prisão deixou marcas e continua a marcar pela negativa a vida dos recorrentes que perderam todo, o contacto da família e tudo que tinham adquirido fruto dos trabalhos honestos que desenvolviam em liberdade, no, entanto, o sofrimento, a dor, angustia, tristeza e sentimento de injustiça, por estarem em prisão ilegal, ou seja, par alem do tempo estipulado por lei, isto, por mais de 38 meses em prisão preventiva, sem conhecer a última decisão, não existe nenhum valor monetário passível de reparar, ressarcir esses danos, que a prisão provocou e continua a provocar na vida dos recorrentes. Não resta margem para quaisquer dúvidas, que a prisão deixa marca na vida das pessoas, e quem mais sofre são os amigos, filhos/famílias, que têm que aprender a conviver com o julgamento e condenação da sociedade, pelo simples facto dos recorrentes terem sido detidos.*”

Mas tudo isso não passa de simples alegações, porquanto nenhum elemento de prova se apresentou para sustentar tais alegações. E isso constitui também motivo para que não se decrete a medida provisória requerida.

4. Nestes termos, considera-se que não se verifica a forte probabilidade de o direito à liberdade sobre o corpo nem a garantia de não ser mantido preso preventivamente além do

prazo legal terem sido violados pelo acórdão recorrido, falecendo, por conseguinte, o pressuposto previsto na alínea b) do artigo 11º da Lei do Amparo, que se traduz em *razões ponderosas que justifiquem a necessidade da imediata adoção de medidas provisórias julgadas necessárias para a conservação dos direitos, liberdades ou garantias violados ou para o restabelecimento do seu exercício até ao julgamento do recurso.*

#### **IV - Decisão**

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem:

- a) Admitir o presente recurso de amparo restrito ao direito à liberdade sobre o corpo, ao contraditório e à presunção de inocência;
- b) Indeferir o pedido de decretação de medida provisória.

Registe, notifique e publique.

Praia, 15 de outubro de 2019

*João Pinto Semedo* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*José Pina Delgado*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 18 de outubro de 2019.

O Secretário,

*João Borges*